



Aquamaior – Águas do Campo Maior, S.A.

Relatório e Contas 2022





ÍNDICE

1. RELATÓRIO DE GESTÃO	3
2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	16
3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	21
4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS.....	49



Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto na Lei e nos Estatutos da Aquamaior - Águas de Campo Maior, S.A., submetemos à apreciação da Assembleia Geral, o presente Relatório de Gestão, Balanço, Demonstração de Resultados, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Alterações no Capital e respetivos anexos, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2022.



1. RELATÓRIO DE GESTÃO

ATIVIDADE DA EMPRESA

A Aquamaior - Águas de Campo Maior, S.A., é a empresa concessionária da Exploração e Gestão dos Sistemas de Distribuição de Água para Consumo Público e Recolha de Efluentes do Concelho de Campo Maior, por contrato celebrado a 29 de outubro de 2007, com o Município de Campo Maior, e por um período de 30 anos.



A Concessão tem por objeto a exploração e gestão conjunta dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do município de Campo Maior, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

Eventos Relevantes

Não ocorreram no período em análise acontecimentos que justifiquem a sua divulgação.

INVESTIMENTO

O Plano de Investimentos da Concessionária, para todo o período de Concessão, atinge cerca de 4 milhões de Euros, a preços correntes.

Além do mencionado Plano de Investimentos, a Aquamaior irá realizar, durante o período de vida da concessão, outros investimentos associados ao seu funcionamento corrente, no valor de mais de 6,5 milhões de Euros.

Rubricas do Plano de Investimentos Executadas

As rubricas do Plano de Investimentos executadas no final do ano de 2022 são:

- Instalação de um Sistema de Telegestão;
- Acondicionamento dos depósitos de água potável;
- Acondicionamento das instalações de água potável;
- Acondicionamento e melhoria das bombagens de água potável;
- Acondicionamento das instalações dos poços;

- Cartografia digitalizada das redes de abastecimento e saneamento e implementação de um sistema SIG;
- Sectorização da rede de abastecimento para deteção e controlo de fugas;
- Projeto de nova conduta adutora desde a zona industrial de Campo Maior até Ouguela (executado parcialmente);
- Plano diretor sobre as infraestruturas de abastecimento e saneamento de Campo Maior;
- Renovação da Rede de Abastecimento de Degolados;
- Nova Conduta adutora desde o reservatório do Zebro até aos depósitos Gêmeos;
- Adução ao Bairro da Misericórdia;
- Abastecimento de água da Meia Légua;
- Rede de Abastecimento de Água na Zona de São Pedro, CM 1113;
- Renovação de 100% do Parque de Contadores.

Plano de Investimentos Executado

Em detalhe, o investimento acumulado em infraestruturas, realizado pela Aquamaior até ao final de dezembro de 2022 é o seguinte:

	2022
Plano de Investimentos	Instalação de um Sistema de Telegestão
	178 500,00
	Acondicionamento dos Depósitos de Água Potável
	8 925,00
	Acondicionamento das Instalações Água Potável
	59 500,00
	Acondicionamento e Melhoria das Bombagens de Água potável
	4 760,00
	Acondicionamento das Instalações dos Poços
	14 875,00
	Renovação de 100% do Parque de Contadores
	220 036,00
	Cartografia Digitalizada das Redes de Abastecimento e Saneamento e Implementação de um Sistema SIG
	71 400,00
Outras Atuações Projetadas no Plano de Investimentos	Sectorização da Rede de Abastecimento para o Controlo e Deteção de Fugas
	35 700,00
	Projeto de nova conduta desde a Zona Industrial de Campo Maior até Ouguela
	35 700,00
	Fornecimento e instalação da conduta Zona Industrial Campo Maior-Ouguela
	65 013,99
	Plano Diretor sobre as infraestruturas de abastecimento e saneamento de Campo Maior
	17 850,00
	Renovação da Rede de Abastecimento de Degolados
	1 244 409,40
	Sub-total
	1 956 669,39
Outras Atuações Projetadas no Plano de Investimentos	Nova conduta desde o reservatório do Zebro até à zona dos depósitos Gêmeos
	1 147 425,00
	Construção de reservatório no Zebro de 1.500 m³
	20 457,28
	Rede de Abastecimento de Água na Zona de São Pedro, CM 1113, Campo Maior
Outras Atuações Projetadas no Plano de Investimentos	94 828,26
	Adução ao Bairro da Misericórdia
	51 632,66
Outras Atuações Projetadas no Plano de Investimentos	Abastecimento de Água da Meia Légua
	90 807,91
Outras Atuações Projetadas no Plano de Investimentos	Sub-total
	1 405 151,11
Total	
3 361 820,50	

Melhorias Fora do Plano de Investimentos

O detalhe relativo às melhorias não mencionadas no Plano de Investimentos e realizadas durante o ano de 2022 é o seguinte:

Desratização e desbaratização

Durante o ano de 2022 foram realizadas 3 operações completas de desbaratização e desratização da rede de saneamento (efetuadas pela Darkcode, Lda. – empresa especializada no controlo de pragas), complementadas com várias ações pontuais que resultaram de reclamações dos utentes do serviço.

Intervenções na rede de abastecimento

Em 2022, para além dos trabalhos de manutenção da rede de abastecimento, foram executadas várias reparações e melhoramentos da rede, entre os quais se podem destacar os seguintes:

- Reparação de várias hastes e cabeças móveis de válvulas de seccionamento;
- Colocação de novas válvulas de seccionamento em Campo Maior;
- Instalações de válvulas de retenção em consumidores com habitações com furos;
- Substituição dos contadores de grandes consumidores;
- Desentupimento de caixas de saneamento de muitos consumidores;
- Reforço de ramais em várias habitações com falta de pressão;
- Mudança do local de instalação de contadores para as fachadas dos edifícios;
- Substituição da conduta de distribuição de água na Avenida da Liberdade;
- Verificação dos Hidrantes do Concelho de Campo Maior em colaboração com a Proteção Civil Municipal.

ASPETOS TÉCNICOS

Qualidade da Água Distribuída



A qualidade da água distribuída pela Aquamaior, aos utilizadores do concelho de Campo Maior é verificada através de recolhas efetuadas periodicamente nos pontos de amostragem. As amostras foram analisadas por um laboratório externo, segundo calendarização do programa de controlo da qualidade da água (PCQA) para 2022. Este programa foi aprovado em 17 de dezembro de 2020 pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, elaborado de acordo com a legislação em vigor

à data de elaboração do documento, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro.

No ano de 2022, o cumprimento dos valores legislados foi de 100%, num total de 232 parâmetros analisados.

Volumes de água comprada

No ano 2022, o volume de água comprada (faturada pela AdVT no período natural) aumentou 6,79% em relação a 2021. Este aumento está relacionado com o aumento do consumo, principalmente no segundo semestre de 2022 (pós pandemia COVID-19).

Volume faturado por tipo de utilizador

O volume faturado no ano 2022, em comparação com 2021, registou uma subida nos utilizadores Não domésticos. Esta subida foi mais acentuada no caso das tipologias “Não-doméstico geral” e “Municipais”. Estes valores estão diretamente relacionados com a retoma da economia pós pandemia COVID-19.

O número de utilizadores, em 2022, voltou a baixar relativamente ao ano de 2021, os mesmos passaram de 4683 utilizadores para 4.513 utilizadores.



Interrupções de fornecimento de água planeadas e não planeadas

Em termos operacionais, durante o ano ocorreram 57 interrupções no fornecimento de água, sendo 42 em reparações de ramais e 15 em condutas.

Instalação de contadores

No ano de 2022 foram substituídos 73 contadores, sendo 28 contadores substituídos por subcontagem, mais 3 substituídos por antiguidade e 42 por outras causas.

Intervenções na rede de água potável

O número total de intervenções realizadas na rede de abastecimento em 2022 foi de 57.

Intervenções na rede de saneamento de águas residuais

O número total de intervenções realizadas na rede de saneamento em 2022 foi de 41.

Consumos energéticos e de reagentes

Durante 2022 foram consumidos um total de 55.649 kWh em todas as instalações de água potável. Durante o ano de 2022 foram consumidos 132 kg de hipoclorito de sódio nos pontos de recloração existentes da rede de abastecimento.

SISTEMA DE GESTÃO DE QUALIDADE, AMBIENTE E SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO



A Aquamaior tem implementado o Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente, que está certificado de acordo com a norma ISO 9001 e norma ISO 14001, respetivamente, bem como o Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho, pela norma ISO 45001.

A promoção e prevenção da segurança e saúde no trabalho é considerada um ponto fulcral no desenvolvimento das atividades diárias.

A avaliação e prevenção de riscos, associados a cada atividade desenvolvida, é efetuada com uma periodicidade anual e sempre que se verificar qualquer alteração nas condições existentes.

OBJETIVO ESTRATÉGICO/MISSÃO

A Aquamaior assumiu, como seu objetivo fundamental, a satisfação das necessidades de distribuição de água e de recolha de águas residuais da população do Município de Campo Maior, num quadro realista de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental.

Com a capacidade e o *know-how* do seu acionista, a Aquamaior apresentou e mantém até hoje, um projeto baseado em dois pilares fundamentais:

- Máxima Qualidade do Serviço Prestado através da utilização de tecnologia de ponta a par com uma estrutura de pessoal altamente qualificado;
- Excelência na assistência ao utilizador (Cliente).

A Aquamaior tem por missão a exploração e a gestão dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do Município de Campo Maior, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

RECURSOS HUMANOS

A política de gestão de recursos humanos da Aquamaior é definida em relação direta com a estratégia do grupo FCC, no sentido de garantir a existência de um conjunto de procedimentos e ferramentas que contribuam diretamente para a melhoria dos processos de gestão e que permitam alcançar os objetivos do sistema de gestão da qualidade, segurança, ambiente e responsabilidade aos quais nos propusemos, assegurando o envolvimento de todos os colaboradores.



Neste sentido, a Aquamaior procura conciliar o interesse e os objetivos de cada colaborador com os da empresa, definindo princípios de melhoria contínua, investindo na formação, na motivação, bem como nas condições de trabalho e segurança.

O número médio de pessoas ao serviço da empresa foi no período findo em 2022 de 7 pessoas, idêntico ao de 2021.

ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

A evolução da situação económica da Aquamaior espelha, entre outras, a realidade de uma empresa com uma gestão orientada para o equilíbrio da exploração, a médio prazo, de um serviço de cariz público essencial, que procura níveis de atendimento e padrões de qualidade elevados, adotando uma política tarifária que vise promover no médio prazo o equilíbrio económico-financeiro sustentável da empresa.

A análise económica e financeira que a seguir se apresenta procura resumir os resultados e a situação financeira e patrimonial, alcançados pela Aquamaior no ano de 2022, devendo ser lida em conjugação com as demonstrações financeiras do período e as respetivas notas.

Volume de Negócios

O volume de negócios atingiu no final do período em análise, cerca de 1.302 milhares de Euros, em linha com o estimado no plano estratégico elaborado para o mesmo período. Comparando o período atual com o anterior, regista-se um aumento na rubrica de Vendas e Serviços Prestados (1.260 mil Euros em 2021 para 1.302 mil Euros em 2022). A rubrica de rendimentos originados pela aplicação da NCRF 19 não contribuiu para o volume de negócios do período e do ano anterior por ter sido nula.

Gastos e Perdas

O total dos gastos da Aquamaior foi em 2022 de 1.319 mil Euros o qual, comparado com o período anterior, que foi de 1.295 mil Euros, representa um aumento de cerca de 2%. Este valor excluiu o impacto do imposto do período.

A rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC), na qual se inclui, a compra de água referente ao período em análise, registou 319.856 Euros, representando cerca de 24% do total dos gastos do período. Comparativamente com o período anterior a mesma rubrica registava 293.363 Euros, representando então cerca de 23% do total dos gastos do período. Em valor absoluto, a variação entre períodos da rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC) foi superior em 9%.

A rubrica de fornecimentos e serviços externos registou 668.604 Euros, representando cerca de 51% do total dos gastos do período. Comparativamente com o período anterior a mesma registava 660.542 Euros, representando então cerca de 51% do total dos gastos do período. A variação entre períodos da rubrica de fornecimentos e serviços externo foi de 1%.

Relativamente aos gastos com o pessoal registaram-se 137.136 Euros, representando cerca de 10% do total dos gastos do período. Comparativamente com o período anterior a mesma rubrica registava 125.045 Euros, representando então cerca de 10% do total dos gastos do período. A variação entre períodos da rubrica gastos com o pessoal foi de 10%.

Em 2022, o valor das imparidades de dívidas a receber registado pela Aquamaior foi de 2.538 Euros.

A rubrica de outros gastos registou 22.338 Euros (0,19% do total dos gastos do período), tendo registado no período anterior 20.709 Euros (2% do total dos gastos do período).

O valor dos gastos com depreciações e de amortizações apresentou o montante de 138.600 Euros, para o período em análise, face a 137.430 Euros do período anterior, representando esta rubrica, relativamente ao total dos gastos 11%, em ambos os períodos.

O valor da rubrica de juros e gastos similares suportados pela Aquamaior registou, no ano de 2022, 30.399 Euros (equivalente a 2% do total dos gastos do período), tendo no ano anterior registado o montante de 33.404 Euros (equivalente a 3% do total dos gastos do período).

Rendimentos e Ganhos

O total dos rendimentos da Aquamaior foi em 2022 de 1.331 mil Euros, o qual comparado com o período anterior, que foi de 1.270 mil Euros, representa um aumento de cerca de 5%.

A rubrica de vendas e serviços prestados registou em 2022 o montante de 1.302 mil Euros, que comparado com o período anterior revela um aumento de cerca de 3% face ao valor de 1.259 mil Euros.

A rubrica de outros rendimentos registou, em 2022, o montante de 28.144 Euros. A mesma rubrica registava, em 2021, o valor de 10.884 Euros.

Resultado Líquido do Período

O resultado líquido do período é de 1.630,07 Euros negativos. Em 2021, o mesmo apresentou um valor negativo de 11.447,58 Euros.

Evolução dos Capitais Próprios

Os Capitais Próprios da Aquamaior mantêm-se robustos, apesar do resultado negativo apresentado no período de 2022.

Apesar dos desafios decorrentes da envolvente macroeconómica, claramente influenciados pelo aumento dos preços devido à elevada inflação bem como o aumento das taxas de juro, a Aquamaior continua confiante na sua estratégia para enfrentar os mesmos, mantendo-se fiel ao seu compromisso de crescimento sustentável.

Rentabilidade

O resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) registado, foi de 180.157 Euros relativamente ao período em análise, apresentando um aumento de 23% comparativamente com o período anterior.

Relativamente ao resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (EBIT), o mesmo apresenta, face ao ano anterior, um aumento de 381%, situando-se no final de 2022 em 41.557 Euros.

	Ano 2022	Ano 2021
Rentabilidade do ativo total	(0,06%)	(0,36%)
Rentabilidade dos capitais próprios	(0,39%)	(2,71%)
Rentabilidade das vendas	(0,13%)	(0,91%)
EBITDA	180 157	146 072
EBIT	41 557	8 642

Estrutura Financeira

A análise da estrutura do Balanço, nos dois últimos anos, revela uma consistência nos valores das principais rubricas, ativo, capital próprio e passivo.

Em valores absolutos, os registos evidenciam que o ativo passou de 3.190 mil Euros em 2021 para 2.663 mil Euros em 2022.

Em termos desagregados, os capitais próprios diminuíram de 423 mil Euros em 2021 para 421 mil Euros em 2022, tendo o passivo diminuído de 2.766 mil Euros em 2021 para 2.241 mil Euros em 2022.

Ao nível dos principais indicadores financeiros, numa análise global dos mesmos, e conforme se pode comprovar pelo quadro abaixo, verificou-se em 2022, em termos percentuais, uma ligeira melhoria dos mesmos face ao ano de 2021:

	Ano 2022	Ano 2021
Capitais próprios	421 462	423 092
Passivo total	2 241 043	2 766 079
Passivo corrente	271 041	1 596 077
Ativo total	2 662 505	3 189 171
Autonomia financeira (Capitais próprios/Ativo total)	15,83%	13,27%
Solvabilidade (Capitais próprios/Passivo total)	18,81%	15,30%
Endividamento (Passivo total/Ativo total)	84,17%	86,73%
Estrutura do endividamento (Passivo corrente/Passivo total)	12,09%	57,70%

CONSEQUÊNCIAS E MEDIDAS NO ÂMBITO DA PANDEMIA POR COVID-19 E GUERRA DA UCRANIA

O ano de 2022, foi um ano de retoma à normalidade face a dois anos que foram dominados pela pandemia de COVID-19. Esta retoma teve impactos positivos nas Demonstrações Financeiras com um retorno económico gradual em 2022, como já havia acontecido no final de 2021. Com a vacinação maciça da população o vírus COVID 19 tornou-se uma doença com sintomas ligeiros e mortalidade reduzida.

Em fevereiro de 2022 verificou-se o início do conflito militar que opõe a Rússia à Ucrânia, esta guerra trouxe impactos à economia Euro com um aumento generalizado da inflação e taxas de juro que se repercute num aumento do custo de vida das populações. Portugal acompanhou a tendência da União Europeia, tendo-se verificado um aumento dos bens e serviços que tem um impacto direto na vida das empresas através do aumento dos custos de produção.

Em termos de gestão operacional, primeiro a crise gerada pelo COVID-19 seguida da Guerra teve um impacto limitado na empresa, uma vez que a atividade da Aquaelvas é considerada como serviço essencial, não tendo existido praticamente interrupções na atividade, a perda de rendabilidade apenas ocorreu por via do aumento dos custos de produção (combustíveis, gastos em fornecimentos e serviços externos).

Em termos de liquidez, a empresa manteve as contas bancárias equilibradas, apesar de se ter verificado uma diminuição nas cobranças e um aumento da dívida de clientes. Esta situação é devida principalmente às medidas adotadas pelo Estado Português para os serviços públicos, proibindo a interrupção do serviço de fornecimento de água e permitindo aos consumidores com pagamentos em atraso, solicitar à empresa um plano de pagamento em prestações (adequadas aos seus rendimentos atuais). Apesar destes factos, a empresa mantém uma posição financeira confortável contra qualquer possível défice de liquidez.

Como resultado da situação vivida pela Guerra, a empresa procedeu a uma análise para verificação das principais rubricas que poderiam ser afetadas nas Demonstrações Financeiras, designadamente as seguintes:

- Ativos fixos tangíveis e intangíveis: foram revistos os valores dos ativos fixos tangíveis e intangíveis e provisionados no caso de existirem sinais de imparidade.
- Dívidas de clientes: não foram identificados problemas significativos, além dos mencionados anteriormente. Não existiram nas Demonstrações Financeiras perdas por imparidade materiais que não tenham sido registadas.
- Ativos por impostos diferidos: as assunções (tanto em termos operacionais como em termos fiscais) relativamente à recuperação destes ativos, contempladas em dezembro de 2022, foram atualizadas. Em qualquer caso, foi usado o mesmo critério que no ano anterior, uma vez que o impacto do COVID-19 e da guerra não implicam reversões dos ativos por impostos diferidos ou modificações significativas na sua valorização.
- Provisões: foram revistas e consideradas adequadas para cobrir todos os riscos considerados como prováveis.

Com base em tudo o que foi exposto anteriormente e tendo em consideração o impacto limitado, as medidas tomadas para garantir que os ativos não se encontram em imparidade e a possível existência de défice de liquidez, a empresa preparou as Demonstrações Financeiras com base no princípio da continuidade das operações, uma vez que este não está em causa.

EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ATIVIDADE

O Conselho de Administração da Aquamaior encontra-se em mandato para o triénio 2022-2024.

A Administração da Aquamaior está determinada em manter o esforço de implementação de reformas que contribuam para uma otimização de custos e uma maior eficiência dos serviços prestados.

Alicerçada na experiência do Grupo empresarial em que se integra, na experiência adquirida ao longo dos últimos anos e na competência dos seus trabalhadores, não obstante a previsível crise económica e social com que o país se debaterá nos próximos tempos, a Aquamaior encara o futuro com grande resiliência e robustez, que lhe permitirão seguramente superar os novos desafios e alcançar os objetivos que se propõe.

DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E À SEGURANÇA SOCIAL

A empresa não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social ou a quaisquer outras entidades públicas.



PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Administração propõe que ao resultado líquido do período, que ascendeu a 1.630,07 Euros negativos, seja dada a seguinte aplicação:

Para Resultados Transitados: -1.630,07 Euros

AGRADECIMENTOS

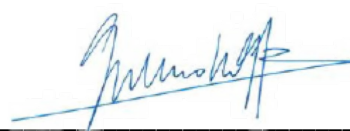
O Conselho de Administração da Aquamaior aproveita a oportunidade para agradecer o empenho e a colaboração prestada por todos os Funcionários, Clientes, Fornecedores, Instituição Bancárias, e demais entidades que com a empresa se relacionaram.

Campo Maior, ao 31 de março de 2023

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Luis Francisco de Lope Alonso
Presidente



Guillermo Moya García-Renedo
Vogal



Jesús Rodríguez Sevilla
Vogal



2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

AQUAMAIOR - ÁGUAS DE CAMPO MAIOR, S.A.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

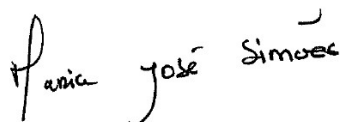
Em euros

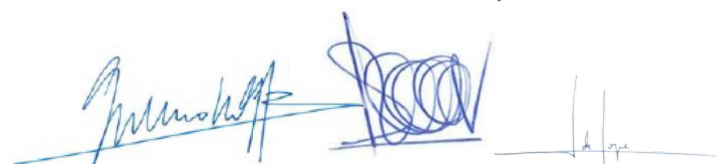
	NOTAS	2022	2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	21 254	12 734
Ativos intangíveis	6	2 030 548	2 165 918
Outros ativos financeiros		127	35
Ativos por impostos diferidos	7	137 494	146 402
subtotal		2 189 423	2 325 089
Ativo corrente			
Clientes	9	188 858	186 163
Adiantamentos a fornecedores	13	1 207	414
Estado e outros entes públicos	8	27 030	29 765
Outros créditos a receber	9	55 238	45 197
Diferimentos	10	3 057	2 989
Caixa e depósitos bancários	4	197 692	599 554
subtotal		473 082	864 082
Total do ativo		2 662 505	3 189 171
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	14	50 000	50 000
Outros instrumentos de capital próprio	14	825 000	825 000
Reservas legais	14	10 000	10 000
Resultados transitados	14	(461 908)	(450 460)
Resultado líquido do período	14	(1 630)	(11 448)
Total do capital próprio		421 462	423 092
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	6	670 002	670 002
Outras dívidas a pagar	11	1 300 000	500 000
subtotal		1 970 002	1 170 002
Passivo corrente			
Fornecedores	13	134 315	92 831
Adiantamentos de clientes	9	4 397	5 250
Estado e outros entes públicos	8	6 190	2 753
Financiamentos obtidos	12	-	1 350 000
Outras dívidas a pagar	13	126 139	145 243
subtotal		271 041	1 596 077
Total do passivo		2 241 043	2 766 079
Total do capital próprio e do passivo		2 662 505	3 189 171

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2022

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração







AQUAMAIOR - ÁGUAS DE CAMPO MAIOR, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Em euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2022	2021
Vendas e serviços prestados	15	1 302 459	1 259 447
Subsídios à exploração		26	302
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	16	(319 856)	(293 263)
Fornecimentos e serviços externos	17	(668 604)	(660 542)
Gastos com o pessoal	18	(137 136)	(125 045)
Imparidade de dívidas a receber ((perdas)/reversões)	9	(2 538)	(20 709)
Outros rendimentos	19	28 144	10 884
Outros gastos	20	(22 338)	(25 002)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		180 157	146 072
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	21	(138 600)	(137 430)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		41 557	8 642
Juros e gastos similares suportados	22	(30 399)	(33 404)
Resultado antes de impostos		11 158	(24 762)
Imposto sobre o rendimento do período	23	(12 788)	13 314
Resultado líquido do período		(1 630)	(11 448)

O anexo faz parte integrante da demonstração de resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Flávia José Simões

[Signature]



AQUAMAIOR - ÁGUAS DE CAMPO MAIOR, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Em euros

RUBRICAS	Notas	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		1 312 894	1 259 431
Pagamentos a fornecedores		(982 743)	(939 141)
Pagamentos ao pessoal		(135 955)	(128 948)
Caixa gerada pelas operações		194 196	191 342
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento		15 407	(25 230)
Outros recebimentos/(pagamentos)		(21 393)	(34 751)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		188 210	131 361
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(11 750)	(7 050)
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(11 750)	(7 050)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		800 000	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	12	(1 350 000)	(50 000)
Juros e gastos similares		(28 322)	(49 649)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(578 322)	(99 649)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(401 862)	24 662
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	599 554	574 892
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	197 692	599 554

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2022

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Francisco José Simões

de 10/12/2022

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

AQUAMAIOR - ÁGUAS DE CAMPO MAIOR, S.A

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Em euros

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Nota	Capital subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do período		50 000	825 000	10 000	(505 447)	54 987	434 540
Aplicação do resultado do período anterior	14				54 987	(54 987)	-
Total dos aumentos/diminuições diretos no capital próprio		50 000	825 000	10 000	(450 460)	-	434 540
Resultado líquido do período						(11 448)	(11 448)
Posição no fim do período		50 000	825 000	10 000	(450 460)	(11 448)	423 092

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Em euros

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Nota	Capital subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do período		50 000	825 000	10 000	(450 460)	(11 448)	423 092
Aplicação do resultado do período anterior	14				(11 448)	11 448	-
Total dos aumentos/diminuições diretos no capital próprio		50 000	825 000	10 000	(461 908)	-	423 092
Resultado líquido do período						(1 630)	(1 630)
Posição no fim do período		50 000	825 000	10 000	(461 908)	(1 630)	421 462

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações do capital próprio do exercício findo em 31 de Dezembro de 2022

O Contabilista Certificado

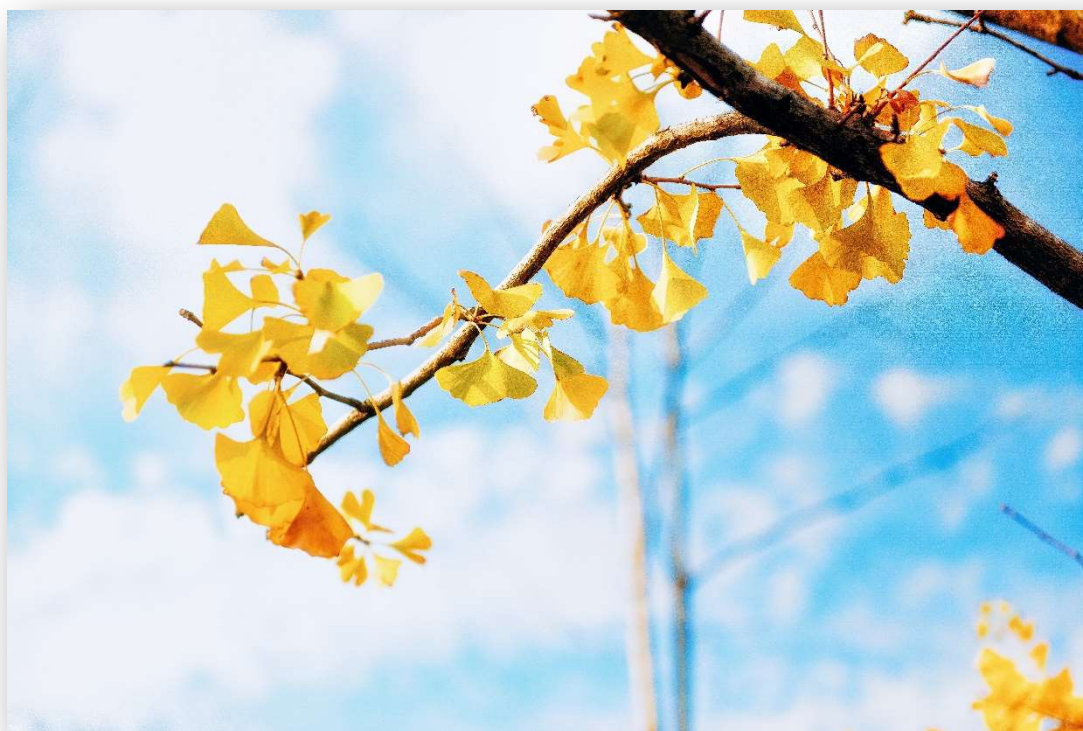
Paula José Simões



O Conselho de Administração

[Handwritten signatures]

Aquamaior 20



3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Aquamaior - Águas de Campo Maior, S.A., (adiante designada por “Aquamaior” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima, com sede na Rua de São João, 2A em Campo Maior, constituída em 4 de outubro de 2007, no Cartório Notarial de Lisboa, tendo iniciado a sua atividade a 1 de março de 2008, tem como objeto a Exploração e Gestão dos Sistemas de Distribuição de Água para Consumo Público e de Recolha de Efluentes do Concelho de Campo Maior, e a sua atividade inclui a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos que compõem os sistemas concessionados, a realização de todas as obras necessárias à execução do plano de investimentos da concessão, bem como a realização de todos os atos necessários para a prossecução da sua atividade.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho e de acordo com a estrutura conceptual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) e Normas Interpretativas (“NI”) consignadas nos avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de julho de 2015, as quais, no seu conjunto, constituem o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por “NCRF”.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras da Aquamaior foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidas de acordo com as NCRF em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, nomeadamente tendo em consideração o mencionado na Nota 27, o Conselho de Administração concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo

que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

3.1. ATIVIDADE CONCESSIONÁRIA

A Empresa exerce uma atividade que consiste na prestação de serviços de interesse económico geral, indispensável ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das atividades económicas e à proteção do meio ambiente. Esta atividade é desenvolvida num enquadramento de melhoria contínua da prestação dos serviços públicos de distribuição de água para consumo público e de recolha de águas residuais. A mesma é desenvolvida num contexto definido pela legislação e regulamentação em vigor, pelo disposto no contrato de concessão de serviço público celebrado com o Município, pelo prazo de 30 anos, e pelas disposições e recomendações emitidas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

Como prestador de um serviço público, a empresa opera num ambiente regulado. O regulador – ERSAR – nos termos das legislações em vigor, controla entre outros aspetos, a tarifa a cobrar pelos serviços prestados. No balanceamento do interesse público com o equilíbrio económico-financeiro das empresas nos termos do contrato de concessão, o regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cashflow*, com todas as consequências adversas que daí resultam.

As tarifas a praticar pela empresa carecem de aprovação pelo órgão que exerce o poder concedente, mediante o parecer do regulador sobre a sua adequabilidade.

Tendo em conta a hierarquia definida na NCRF 4 – Políticas contabilísticas, alterações de estimativas contabilísticas e erros e as circunstâncias específicas dos contratos de concessão em vigor, a empresa adotou as regras internacionalmente aplicáveis às empresas que atuam em mercados com estas características (nomeadamente a IFRIC 12).

IFRIC 12

A concessão inclui uma infraestrutura já edificada pelo Município, a construção de novas infraestruturas, a manutenção das mesmas e a sua operação. No final do prazo, estas infraestruturas retornam ao concedente em pleno estado de utilização.

Por não deter o controlo sobre as infraestruturas, à luz do definido pela IFRIC 12 foi reconhecido, como contrapartida do valor a pagar ao Município, um ativo intangível correspondente a um direito de cobrar

aos utilizadores da infraestrutura de uso público, uma vez que o risco da procura é assumido pelo concessionário. A Empresa estabeleceu contratualmente uma obrigação de efetuar um investimento total de 4.032 milhares de Euros.

De acordo com a IFRIC 12, caso a finalidade de tal investimento seja de manter ou restaurar a infraestrutura, a obrigação contractual deve ser reconhecida e mensurada de acordo com a NCRF 21, ou seja, a melhor estimativa do valor presente do custo que será necessário para realizar a obrigação. Alterações subsequentes na mensuração da responsabilidade devem ser adicionadas ou deduzidas ao custo do ativo intangível.

Uma vez que a concessão contempla a prestação de mais do que um serviço – o de construção, modernização e renovação das infraestruturas e o de exploração e gestão da concessão, a Aquamaior reconhece o rédito e os gastos relacionados com a construção das infraestruturas concessionadas de acordo com a NCRF 19 – Contratos de Construção, o qual se materializa num direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público, e o rédito e os gastos relacionados com a operação de acordo com a NCRF 20 – Rédito. De salientar que o direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público não se traduz num direito incondicional de receber uma determinada quantia, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

3.2. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondentes aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Vida Útil
Grupo 2 - Instalações	10 anos
Grupo 3 - Máquinas, aparelhos e ferramentas	4 a 8 anos
Grupo 4 - Material rolante ou de transporte	4 anos
Grupo 5 - Elementos diversos	3 a 8 anos

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3. ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos termos do contrato de concessão, a concessionária reconhece um ativo intangível na medida em que lhe seja conferido o direito (licença) de cobrar um preço aos utentes do serviço público. Como no presente acordo de concessão a concessionária é remunerada em relação aos serviços de construção, modernização e renovação das infraestruturas com base num ativo intangível, o ativo intangível tem por base o reconhecimento dos gastos de construção, modernização e renovação das infraestruturas incorridos, na percentagem na proporção do total do investimento estabelecido com o município.

O ativo intangível é amortizado numa base linear. As amortizações são calculadas tendo por base o prazo da concessão previsto no estudo de viabilidade económico-financeira, ou seja, 30 anos.

3.4. IMPARIDADE DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Sempre que exista algum indicador que os ativos fixos tangíveis possam estar em imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar o valor recuperável de um ativo individual, é estimado o valor recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

O valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido do custo para vender; e (ii) o valor do uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente as quais as estimativas e os fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustados.



Sempre que o valor líquido contabilístico do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior ao seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados.

A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (líquido de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

3.5 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente com os impostos diferidos. O imposto corrente e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos, os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em períodos subsequentes, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Empresa tem um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal; e (iii) a Empresa tem intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

3.6. CAPITAL PRÓPRIO

Capital subscrito

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

Outros instrumentos de capital próprio

Esta rubrica inclui prestações acessórias que foram efetuadas pelos acionistas, na sequência de deliberação em Assembleia Geral, e que ficaram sujeitas ao regime das prestações suplementares. De acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (art.º 210 do CSC), não têm prazo de reembolso definido (art.º 211 do CSC) e só podem ser reembolsadas, se após o seu reembolso, o capital próprio não ficar inferior à soma do capital e da reserva legal (art.º 213 do CSC).

Reserva Legal

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (art.º 296 do CSC).

Resultados transitados

Esta rubrica inclui os resultados dos períodos anteriores, para os quais não existe uma deliberação específica sobre a sua aplicação (se lucros), ou cobertura (se prejuízos).

Resultado líquido do período

Esta rubrica inclui os ganhos e perdas reconhecidos no período.

3.7. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando sejam à vista ou tenham maturidade definida, tenham associado um retorno fixo ou determinável, e não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde à quantia pela qual um ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado incluem:

- Clientes;
- Outros créditos a receber;
- Diferimentos;
- Fornecedores;
- Adiantamentos de clientes; e
- Outras dívidas a pagar.

Caixa e equivalentes a caixa

A rubrica de caixa e seus equivalentes inclui os valores de caixa, depósitos à ordem e descobertos bancários, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros classificados na categoria “ao custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas. Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.8. RÉDITO

Os rendimentos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos rendimentos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes, pelo seu justo valor do montante a receber.

Os rendimentos resultantes das prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados em função do grau de execução do serviço, ou no caso dos contratos de manutenção no período de vigência dos contratos. As prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes, pelo justo valor do montante a receber.



3.9 ESPECIALIZAÇÃO DOS PERÍODOS

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização dos períodos, independentemente do momento em que as transações são faturadas.

Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos.

3.10. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra um exfluxo económico e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Ativos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.



3.11 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.12 GESTÃO DO RISCO

O risco financeiro ao qual se encontra exposta a empresa é pouco diverso, envolvendo apenas taxas de juro e crédito concedido.

Os empréstimos bancários vencem juros indexados a taxas de referência de curto prazo (entre 1 a 6 meses) e como tal as suas variações contribuem para afetar os resultados.

O risco de crédito é muito limitado uma vez que os principais clientes são entidades de baixo risco, não se justificando economicamente a constituição de seguro de crédito.

3.13 JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- Imparidade de créditos a receber;
- Acréscimos de rendimentos e gastos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O detalhe de caixa e seus equivalentes constantes das demonstrações dos fluxos de caixa do período findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 era:

	Ano 2022	Ano 2021
Caixa	1 500	1 500
Depósitos à ordem		
Banco Santander Totta	102 815	341 858
Caixa Geral de Depósitos	93 377	256 196
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	197 692	599 554

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas, nem foram identificados erros que deveriam ter sido corrigidos.



6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

ATIVO BRUTO TANGÍVEL	Saldo em 31.12.2021	Aumentos	Abates e Alienações	Saldo em 31.12.2022
Ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	102 753	11 750	-	114 503
Equipamento de transporte	2 200	-	-	2 200
Equipamento administrativo	19 842	-	-	19 842
Total	124 795	11 750	-	136 545
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2021	Aumentos (Nota 21)	Abates e Alienações	Saldo em 31.12.2022
Ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	90 019	3 230	-	93 249
Equipamento de transporte	2 200	-	-	2 200
Equipamento administrativo	19 842	-	-	19 842
Total	112 061	3 230	-	115 291
Saldo líquido	12 734	8 520	-	21 254

ATIVO BRUTO TANGÍVEL	Saldo em 31.12.2020	Aumentos	Abates e Alienações	Saldo em 31.12.2021
Ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	95 703	7 050	-	102 753
Equipamento de transporte	2 200	-	-	2 200
Equipamento administrativo	19 842	-	-	19 842
Total	117 745	7 050	-	124 795
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2020	Aumentos (Nota 21)	Abates e Alienações	Saldo em 31.12.2021
Ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	88 234	1 785	-	90 019
Equipamento de transporte	1 925	275	-	2 200
Equipamento administrativo	19 842	-	-	19 842
Total	110 001	2 060	-	112 061
Saldo líquido	7 744	4 990	-	12 734



Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

ATIVO BRUTO INTANGÍVEL	Saldo em 31.12.201	Aumentos	Saldo em 31.12.2022
Ativos intangíveis			
em Firme	4 031 822	-	4 031 822
Total	4 031 822	-	4 031 822
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.201	Aumentos (Nota 21)	Saldo em 31.12.2022
Ativos intangíveis			
em Firme	1 865 904	135 370	2 001 274
Total	1 865 904	135 370	2 001 274
Saldo líquido	2 165 918	(135 370)	2 030 548

ATIVO BRUTO INTANGÍVEL	Saldo em 31.12.2020	Aumentos	Saldo em 31.12.2021
Ativos intangíveis			
em Firme	4 031 822	-	4 031 822
Total	4 031 822	-	4 031 822
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2020	Aumentos (Nota 21)	Saldo em 31.12.2021
Ativos intangíveis			
em Firme	1 730 534	135 370	1 865 904
Total	1 730 534	135 370	1 865 904
Saldo líquido	2 301 288	(135 370)	2 165 918

Provisões

As provisões registadas são referentes ao montante do investimento que, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, se encontra em falta por efetuar face ao valor total do investimento inicialmente previsto e contratualizado, 4.031.822 Euros, no âmbito da concessão (corresponde a uma obrigação contratual, reconhecida em contrapartida de ativos intangíveis).

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o movimento ocorrido no valor das provisões, foi o seguinte:

	Ano 2022	Ano 2021
Saldo inicial	670 002	670 002
Aumentos	-	-
Diminuições	-	-
Saldo final	670 002	670 002

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o Plano de Investimento já executado ascende a 3.361.820 Euros.

7. IMPOSTOS DIFERIDOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos foi conforme segue:

	Ano 2022	Ano 2021
	Ativos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos
Saldo inicial	146 402	132 677
Efeitos na demonstração de resultados		
Aumento/(Redução) não aceites para efeitos fiscais (Nota 23)	(8 908)	13 725
Total dos efeitos na demonstração de resultados	(8 908)	13 725
Saldo final	137 494	146 402

A taxa de imposto utilizada para a valorização das diferenças tributárias à data do período findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi de 21%, acrescida de derrama municipal quando seja aplicável.

Os ativos por impostos diferidos respeitam a diferenças de critério contabilístico e fiscal na amortização de ativos intangíveis e perdas por imparidade de clientes.

8. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte composição:

	Ano 2022	Ano 2021
Ativo		
Pagamento por conta e estimativa de imposto do período (Nota 23)	-	15 933
Imposto sobre o o valor acrescentado (IVA)	27 030	13 832
Total	27 030	29 765
	Ano 2022	Ano 2021
Passivo		
Impostos sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas		
Pagamento por conta e estimativa de imposto do período (Nota 23)	3 637	-
Retenção de impostos sobre o rendimento	475	451
Contribuições para a segurança social / CGA	2 078	2 302
Total	6 190	2 753

9. CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de “Clientes” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2022	Ano 2021
Clientes		
Clientes C/C	232 727	227 494
Perdas por Imparidade Acumuladas	(43 869)	(41 331)
Total	188 858	186 163

Perdas por imparidade:

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o movimento ocorrido nas perdas por imparidades acumuladas de créditos a receber foi como segue:

	Ano 2022	Ano 2021
Saldo inicial	(41 331)	(20 622)
Reforço	(2 538)	(24 396)
Reversão	-	3 687
Saldo final	(43 869)	(41 331)
Variação Ano	(2 538)	(20 709)

Outros créditos a receber:

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de “Outros créditos a receber” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2022	Ano 2021
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Estimativa de produção pendente de faturação	50 176	44 797
Devedores e credores diversos	5 062	400
Total	55 238	45 197

O valor da rubrica estimativa de produção pendente de faturação corresponde à especialização na parte de receitas, que respeitam ao desfaseamento temporal, entre a faturação e a contagem real dos consumos efetuados no mês de dezembro.

Adiantamento a fornecedores:

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de “Adiantamento a fornecedores” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2022	Ano 2021
Adiantamentos a fornecedores	1 207	414
Total	1 207	414

10. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de “Diferimentos” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2022	Ano 2021
Diferimentos		
Gastos a reconhecer	3 057	2 989
Total	3 057	2 989

11. PARTES RELACIONADAS

A sociedade faz parte do grupo FCC, através da participação de 100% da empresa FCC Aqualia, S.A. As contas da sociedade são incluídas na consolidação de contas do respetivo grupo.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Empresa apresenta os seguintes saldos com partes relacionadas:

SALDOS	Ano 2022			Ano 2021		
	Fornecedores (Nota 13)	Outras dívidas a pagar - Não corrente	Outras dívidas a pagar - Corrente (Nota 13)	Fornecedores (Nota 13)	Outras dívidas a pagar - Não corrente	Outras dívidas a pagar - Corrente (Nota 13)
FCC Aqualia, S.A. - Sucursal em Portugal	18 181	-	-	17 895	-	-
FCC Aqualia, S.A. (Delegação de Madrid)	9 666	1 300 000	5 747	9 752	500 000	1 945
Hidrotec Tecnología del Agua, S.L.	7 065	-	-	3 360	-	-
Total	34 912	1 300 000	5 747	31 007	500 000	1 945

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os valores apresentados na rubrica de “Outras dívidas a pagar – não corrente” nos montantes de 1.300.000 Euros de 500.000 Euros, dizem respeito a um empréstimo não corrente da casa-mãe, com vencimento anual a 31 de janeiro de cada ano e renovações sucessivas. No decorrer de 2022 este empréstimo foi reforçado em 800.000 para fazer face ao pagamento do empréstimo a uma instituição bancária (Nota 12).

A renovação do contrato ocorre caso não haja comunicação prévia do acionista, com pelo menos, 45 dias de antecedência. Este financiamento está neste momento negociado à taxa de juro de 3% acrescida de Euribor a 3 meses. Até 31 de dezembro de 2022, o acionista não manifestou a intenção de não renovação deste contrato, razão pela qual se encontra registado como passivo não corrente.

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Empresa efetuou as seguintes transações com partes relacionadas:

TRANSAÇÕES	Ano 2022			Ano 2021				
	Fornecimentos e serviços externos (Nota 17)	Juros e gastos similares suportados (Nota 22)	Vendas e Prestações de Serviços (Nota 15)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 17)	Juros e gastos similares suportados (Nota 22)	Gastos com Pessoal (Nota 18)	Vendas e Prestações de Serviços (Nota 15)	Outros rendimentos (Nota 18)
FCC Aqualia, S.A. - Sucursal em Portugal	191 288	-	-	195 175	-	300	-	-
AquaElvas - Águas de Elvas S.A.	-	-	21 695	-	-	-	8 663	7 832
FCC Aqualia, S.A. (Delegação de Madrid)	9 666	17 296	-	9 752	12 261	-	-	-
Hidrotec Tecnología del Agua, S.L.	24 504	-	-	19 211	-	-	-	-
Total	225 458	17 296	21 695	224 137	12 261	300	8 663	7 832

12. FINANCIAMENTOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de “Financiamentos” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2022	Ano 2021
Outras dívidas a pagar (não corrente)		
Empréstimos concedidos		
FCC Aqualia, S.A.	1 300 000	500 000
Total	1 300 000	500 000
	Ano 2022	Ano 2021
Passivo corrente		
Dívidas a instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	-	1 350 000
Total	-	1 350 000

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Empresa registava um empréstimo à FCC Aqualia no montante de 1.300.000 Euros e 500.000 Euros, respetivamente. Em 22 de novembro de 2022, a FCC Aqualia reforçou em 800.000 Euros o empréstimo com vista à amortização da totalidade do empréstimo bancário que ocorreu no mesmo período.

Ambos os empréstimos vencem juros à taxa Euribor a 3 meses acrescida de um spread de 5%. A maturidade total do empréstimo ocorre em janeiro de cada ano, com renovação automática por períodos iguais se nenhuma das partes se opuserem com uma antecedência de um mês.

Em 31 de dezembro de 2021, o empréstimo bancário refere-se a um financiamento contratado em agosto de 2014 por um período de 81 meses, o qual vence juros indexados à Euribor a 6 meses acrescida de 4%. O financiamento será reembolsado em 27 prestações trimestrais e sucessivas conforme o seguinte plano:

- As prestações correspondentes ao 3º e 6º mês após a outorga no valor de 25.000,00 Euros;
- As prestações entre o 9º e o 42º mês após a outorga no valor de 12.500,00 Euros;
- As prestações entre o 45º e o 78º mês após a outorga no valor de 50.000,00 Euros;

- A prestação a ocorrer no 81º mês corresponderá ao remanescente do capital em dívida.

No decorrer de 2022, foi pago a totalidade do empréstimo bancário.

13. FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR E ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as rubricas de “Fornecedores”, de “Outras dívidas a pagar” e de “Adiantamentos a Fornecedores” apresentavam a seguinte composição:

	Ano 2022	Ano 2021
Fornecedores		
Partes relacionadas (Nota 11)	34 912	31 007
Fornecedores c/c	99 403	61 824
Total	134 315	92 831

	Ano 2022	Ano 2021
Passivo corrente		
Outras dívidas a pagar		
Pessoal	16 637	15 499
Credores por acréscimos de gastos		
Outros - juros Santander Totta	-	1 725
Devedores e credores diversos		
Outros Credores Diversos	82 782	126 074
Outros	20 973	-
Partes relacionadas (nota 11) - FCC Aqualia Juros	5 747	1 945
Total	126 139	145 243

	Ano 2020	Ano 2021
Adiantamentos de clientes	4 397	5 250
Total	4 397	5 250

14. CAPITAL PRÓPRIO

Capital

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital, totalmente subscrito e realizado, era composto por 5.000 ações com o valor nominal de 10,00 Euro cada.

Reserva Legal

De acordo com a legislação em vigor, uma percentagem não inferior a 5% dos lucros líquidos de cada período, deverá ser transferida para a reserva legal, até que esta atinja 20% do capital. Esta reserva só

pode ser utilizada para aumentar o capital ou para cobertura de prejuízos da empresa, depois de esgotadas todas as outras reservas.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Reserva Legal encontra-se totalmente realizada e ascende a 10.000 Euros.

Aplicação de resultados

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral realizada em 31 de março de 2022, o resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2021, no montante de 11.448 Euros negativos, foi integralmente transferido para a rubrica de resultados transitados.

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral realizada em 04 de maio de 2021, o resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2020, no montante de 54.987,08 Euros, foi integralmente transferido para a rubrica de resultados transitados.

15. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Vendas e prestações de serviços” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2022	Ano 2021
Vendas	1 278 157	1 230 556
Serviços prestados	24 302	28 891
Total	1 302 459	1 259 447

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os gastos incorridos na rubrica de “Serviços Prestados” com partes relacionadas foram de 17.296 Euros e 8.663 (Nota 11).

As tarifas de água e saneamento doméstico relativos aos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, são conforme se apresenta:

Abastecimento de água			Saneamento de águas residuais	
Doméstico por escalão	2022	2021	2022	2021
	Preço unitário (€/m ³)	Preço unitário (€/m ³)	Preço unitário (€/m ³)	Preço unitário (€/m ³)
de 0 a 5 m ³	0,5657	0,5621	0,50913	0,50589
de 5 a 15 m ³	1,0549	1,0482	0,94941	0,94338
de 15 a 25 m ³	2,9945	2,9755	2,69505	2,67795
superior a 25 m ³	5,9891	5,951	5,39019	5,3559

De referir que os valores apresentados podem ser diferentes em função do agregado familiar, bem como da condição social do cliente. Existem também tabelas específicas para o fornecimento não doméstico.

Os valores de tarifários apresentados acima foram publicados em Edital pela Câmara Municipal de Campo Maior e encontram-se disponíveis para consulta no *site* da Empresa.

16. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas” é detalhada como se segue:

	Ano 2022	Ano 2021
Matérias-primas		
Compras	319 856	293 263
Total	319 856	293 263

17. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Fornecimentos e serviços externos” é detalhada como se segue:

	Ano 2022	Ano 2021
Serviços especializados	571 555	571 216
Materiais	11 622	8 529
Energia e fluidos	13 704	12 224
Deslocações, estadas e transportes	5 579	3 111
Serviços diversos	66 144	65 462
Total	668 604	660 542

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os gastos incorridos com partes relacionadas foram de 225.458 Euros e 224.137 Euros, respetivamente (Nota 11).

18. GASTOS COM O PESSOAL

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Gastos com o Pessoal” é detalhada como se segue:

	Ano 2022	Ano 2021
Remunerações	97 935	94 634
Encargos sociais	21 626	20 697
Seguros de acidentes de trabalho	1 755	1 533
Outros gastos com o pessoal	15 820	8 181
Total	137 136	125 045

O número médio de colaboradores ao serviço da Empresa, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foi de 7 colaboradores.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não houve gastos incorridos com partes relacionadas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os gastos incorridos com partes relacionadas foram de 300 Euros (Nota 11).

19. OUTROS RENDIMENTOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Outros rendimentos” é detalhada como se segue:

	Ano 2022	Ano 2021
Outros rendimentos (nota 11) - Aquaelvas	-	7 832
Outros não especificados	28 144	3 051
Total	28 144	10 883

20. OUTROS GASTOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Outros gastos” apresentava a seguinte composição:

	Ano 2022	Ano 2021
Dívidas incobráveis (Nota 23)	-	3 687
Impostos e taxas	21 874	20 713
Outros gastos	464	602
Total	22 338	25 002

21. GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o detalhe da rubrica de “Gastos de depreciação e de amortização” era o seguinte:

	Ano 2022	Ano 2021
Ativos fixos tangíveis (Nota 6)	3 230	2 060
Ativos intangíveis (Nota 6)	135 370	135 370
Total	138 600	137 430

22. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

A rubrica “Juros e gastos similares suportados” apresenta no período findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a seguinte composição:

	Ano 2022	Ano 2021
Juros suportados		
Juros de financiamentos obtidos	30 399	33 404
Total	30 399	33 404
Resultados financeiros	(30 399)	(33 404)

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica inclui transações com partes relacionadas nos montantes de 17.296 Euros e 12.261 Euros, respetivamente (Nota 11).

23. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) à taxa de 21%, nos termos do artigo 87º do Código do IRC, que pode ser incrementado pela derrama até à taxa máxima de 1,5% do lucro tributável dependendo do município onde opera. No Município de Campo Maior, a derrama é de 1,5%, resultando numa taxa de imposto agregada máxima de 22,5%.

Para o período de 2022, os referidos lucros tributáveis são sujeitos a derrama estadual conforme segue:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros;
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 Euros e 35.000.000 Euros;
- 9% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 Euros.



Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Empresa encontra-se ainda sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2019 a 2022 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Os gastos com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são detalhados conforme segue:

	Ano 2022	Ano 2021
Resultado antes de impostos	11 158	(24 762)
Amortização de investimentos reversíveis não aceites	135 370	135 370
Multas, coimas, juros compensatórios e demais infracções	-	-
Imparidade não aceite	1 904	18 297
Créditos incobráveis (Nota 20)	-	3 687
Amortização de investimentos reversíveis aceites	(125 617)	(125 617)
Reversão imparidade (Nota 9)	-	(3 687)
Outros	283	(1 525)
Lucro tributável	23 098	1 763
Matéria coletável	23 098	1 763
Coleta	2 887	-
Derrama	346	-
Tributações autónomas	647	411
Imposto corrente do exercício	3 880	411
Pagamento por conta (Nota 8)	-	16 344
Total IRC a pagar/(recuperar)	3 880	(15 933)
Imposto corrente do exercício	3 880	411
Imposto diferido ativo (Nota 7)	8 908	(13 725)
Total Imposto sobre o rendimento do período	12 788	(13 314)
	-	-
<i>Resultado antes do impacto do imposto diferido ativo</i>	<i>11 158</i>	<i>(24 762)</i>
<i>Imposto diferido ativo (2741/ 8122)</i>	<i>(8 908)</i>	<i>13 725</i>
<i>período com impacto do imposto diferido ativo no resultado</i>	<i>(12 788)</i>	<i>13 314</i>
<i>Resultado após impacto do imposto diferido ativo</i>	<i>(1 630)</i>	<i>(11 448)</i>

As diferenças temporárias relativas a amortizações de investimentos reversíveis correspondem à diferença existente entre as amortizações contabilísticas do ativo intangível (pelo período da concessão) e as amortizações aceites para efeitos fiscais.

24. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não existiam na Aquamaior ativos ou passivos contingentes, nem conhecimento de que pudessem vir a registar-se, relativamente ao período em questão.

25. MÚTUOS E GARANTIAS

Continuidade das operações

Risco de liquidez:

Este risco tem origem nos desfasamentos temporais entre os recursos gerados pela atividade e as necessidades de fundos para corresponder ao pagamento das dívidas, circulante, etc.

Em 31 de dezembro de 2022, a Empresa tinha em Caixa e Equivalentes o montante de 197.692 Euros tendo gerado um fluxo de caixa das atividades operacionais de 188.210 Euros. A empresa não apresenta dívidas a instituições financeiras.

Os Administradores da Aquamaior elaboraram o presente Relatório e apresentam estas Contas Anuais com base na aplicação do princípio da continuidade das operações, uma vez que não têm dúvidas quanto à capacidade da empresa e do Grupo FCC em gerar recursos das suas operações.

Os principais objetivos do Plano Estratégico em que a empresa e o Grupo estão empenhados são os seguintes:

- Melhorar substancialmente a rentabilidade das atividades desenvolvidas pelo Grupo;
- Reduzir a dívida financeira líquida, através do desinvestimento em negócios não estratégicos;
- Localizar o investimento nos negócios que oferecem um maior retorno e possibilidades de desenvolvimento, quer diretamente quer através de sócios financeiros;
- Adequar a estrutura organizacional e os sistemas de gestão a este novo cenário.

Todos estes fatores, juntamente com as diretrizes estratégicas implementadas e anteriormente referidas devem contribuir para uma melhoria significativa do resultado bruto de exploração do Grupo onde a Empresa está inserida, uma melhor gestão do capital corrente e dos riscos associados à sua expansão internacional e para a diminuição do seu endividamento financeiro líquido. O objetivo proposto no referido Plano Estratégico é aumentar a margem bruta de exploração assim como reduzir o endividamento financeiro líquido do Grupo para níveis que se consideram adequados e de acordo com as características e recorrência de grande parte dos negócios do Grupo.

26. LOCAÇÕES

Locações operacionais

Foram celebrados contratos de *renting* de viaturas pela empresa, os mesmos foram celebrados por um período inicial de 36 meses, sendo possível renegociar o prazo da vigência dos contratos, contudo não está estabelecido a aquisição dos veículos no termino do contrato.

Os compromissos assumidos pela Empresa, bem como os gastos incorridos em relativamente aos contratos existentes em 2022 e 2021, são conforme segue:

Ano	Ano 2022	Ano 2021
2022	-	9 551
2023	4 252	5 259
TOTAL	4 252	14 810

Gasto ano	2022	2021
<i>Renting</i> viaturas	7 021	7 957
TOTAL	7 021	7 957

27. CONSEQUÊNCIAS E MEDIDAS NO ÂMBITO DA PANDEMIA POR COVID-19 E GUERRA DA UCRANIA

O ano de 2022, foi um ano de retoma à normalidade face a dois anos que foram dominados pela pandemia de COVID-19. Esta retoma teve impactos positivos nas Demonstrações Financeiras com um retorno económico gradual em 2022, como já havia acontecido no final de 2021. Com a vacinação maciça da população o vírus COVID 19 tornou-se uma doença com sintomas ligeiros e mortalidade reduzida.

Em fevereiro de 2022 verificou-se o início do conflito militar que opõe a Rússia à Ucrânia, esta guerra trouxe impactos à economia Euro com um aumento generalizado da inflação e taxas de juro que se repercute num aumento do custo de vida das populações. Portugal acompanhou a tendência da União Europeia, tendo-se verificado um aumento dos bens e serviços que tem um impacto direto na vida das empresas através do aumento dos custos de produção.

Em termos de gestão operacional, primeiro a crise gerada pelo COVID-19 seguida da Guerra teve um impacto limitado na empresa, uma vez que a atividade da Aquaelvas é considerada como serviço essencial, não tendo existido praticamente interrupções na atividade, a perda de rentabilidade apenas

ocorreu por via do aumento dos custos de produção (combustíveis, gastos em fornecimentos e serviços externos).

Em termos de liquidez, a empresa manteve as contas bancárias equilibradas, apesar de se ter verificado uma diminuição nas cobranças e um aumento da dívida de clientes. Esta situação é devida principalmente às medidas adotadas pelo Estado Português para os serviços públicos, proibindo a interrupção do serviço de fornecimento de água e permitindo aos consumidores com pagamentos em atraso, solicitar à empresa um plano de pagamento em prestações (adequadas aos seus rendimentos atuais). Apesar destes factos, a empresa mantém uma posição financeira confortável contra qualquer possível défice de liquidez.

Como resultado da situação vivida pela Guerra, a empresa procedeu a uma análise para verificação das principais rubricas que poderiam ser afetadas nas Demonstrações Financeiras, designadamente as seguintes:

- Ativos fixos tangíveis e intangíveis: foram revistos os valores dos ativos fixos tangíveis e intangíveis e provisionados no caso de existirem sinais de imparidade.
- Dívidas de clientes: não foram identificados problemas significativos, além dos mencionados anteriormente. Não existiram nas Demonstrações Financeiras perdas por imparidade materiais que não tenham sido registadas.
- Ativos por impostos diferidos: as assunções (tanto em termos operacionais como em termos fiscais) relativamente à recuperação destes ativos, contempladas em dezembro de 2020, foram atualizadas. Em qualquer caso, foi usado o mesmo critério que no ano anterior, uma vez que o impacto do COVID-19 não implica reversões dos ativos por impostos diferidos ou modificações significativas na sua valorização.
- Provisões: foram revistas e consideradas adequadas para cobrir todos os riscos considerados como prováveis.

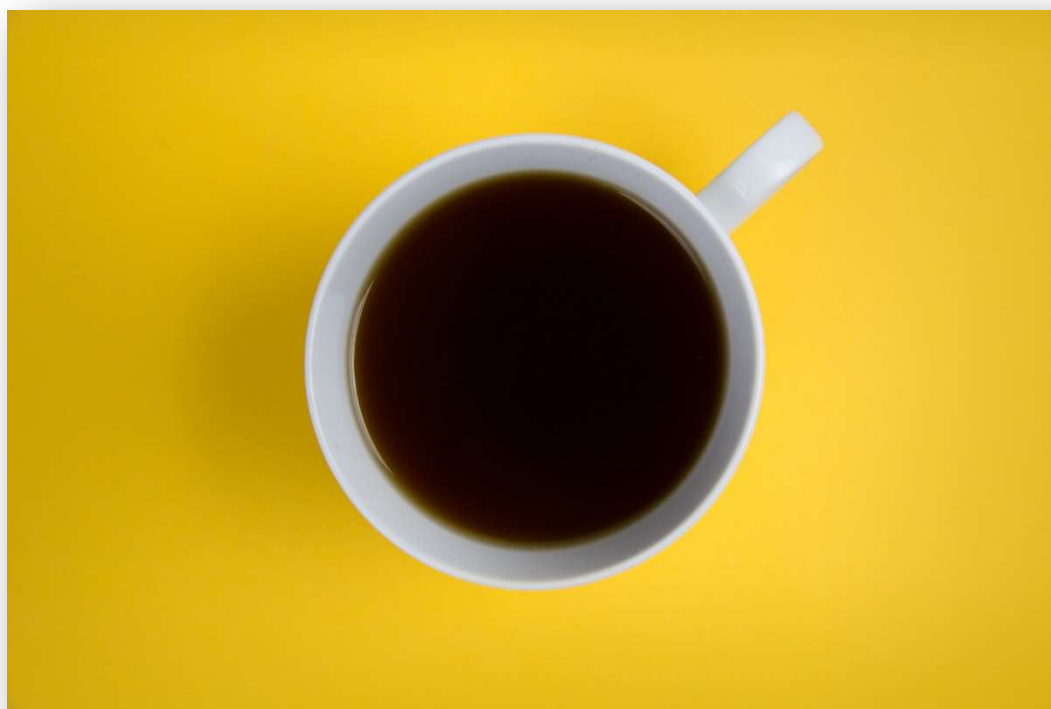
Com base em tudo o que foi exposto anteriormente e tendo em consideração o impacto limitado, as medidas tomadas para garantir que os ativos não se encontram em imparidade e a possível existência de défice de liquidez, a empresa preparou as Demonstrações Financeiras com base no princípio da continuidade das operações, uma vez que este não está em causa.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Flávia José Simões

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

[Handwritten signatures of the Board of Directors]



4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Aquamaior - Águas de Campo Maior, S.A. (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 2.662.505 euros e um total de capital próprio de 421.462 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1.630 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Aquamaior - Águas de Campo Maior, S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

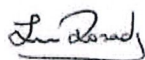
Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 12 de maio de 2023

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Assinado por: **LUÍS MIGUEL GONÇALVES ROSADO**
Num. de Identificação: 10810521
Data: 2023.05.12 18:10:04+01'00'



Luís Miguel Gonçalves Rosado - ROC n.º 1607
Registado na CMVM com o n.º 20161217